



**MINISTÉRIO DA TERRA E
AMBIENTE**



SUPLEMENTO

Este suplemento não deve ser vendido em separado | Julho | 2020

LANÇAMENTO DA AUSCULTAÇÃO PÚBLICA PARA REVISÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE TERRA



“Nova lei irá melhorar acesso, posse e uso da terra” – PR

- **Inclusão, desburocratização e segurança das comunidades e investidores**

Com vista a combater o açambarcamento da terra, reduzir os conflitos e garantir uma melhor utilização da terra, o Governo lançou, há dias, uma auscultação pública sobre a revisão da Política Nacional de Terras, um processo alargado

e mais abrangente que o Presidente da República, Filipe Nyusi, espera que termine com a adopção de um quadro de políticas e regulamentos sobre a terra que sejam mais consensual e que promova avanços na nossa sociedade e na economia.

O lançamento da fase de auscultação no processo de revisão da Política Nacional de Terras, que teve lugar recentemente, é o culminar de um processo iniciado pelo executivo moçambicano, no primeiro ciclo de governação de Filipe Nyusi, na IX Sessão do Fórum de Consultas sobre Terras, realizada na cidade de Maputo, em Novembro de

2017.

O instrumento visa a promoção dos investimentos usando a terra, a redução dos conflitos, a melhoria dos sistemas de acesso, posse, aproveitamento, gestão e administração de terras, de forma a maximizar os interesses de todos, em particular das comunidades.

Falando durante o evento, o Presidente da República (PR) destacou que o processo de auscultação pública surge em resposta ao clamor do público, que chega de várias formas, e da realidade que hoje se vive, numa clara menção à crescente tensão nas comunidades, devido aos conflitos de terra.

“Não vamos dificultar nem excluir a ninguém do acesso, uso e posse da terra. Pelo contrário, iremos conceber e implementar mecanismos que facilitam o gozo, pelos moçambicanos, deste recurso básico da vida e bem-estar dos moçambicanos”, sublinhou.

Reconhecendo que o país está em constante mudança, o Presidente da República destacou que, com a presente reforma, o seu executivo quer responder aos desafios da consolidação das estruturas da economia de mercado, o aumento do número de habitantes, perante um recurso natural não renovável, as mudanças climáticas, necessidade de compensação da biodiversidade, a emergência dos mega projectos, e o acelerado crescimento da população urbana.

“Estes desafios, que não podemos ignorar, devem merecer a nossa atenção. Temos que enfrentá-los de forma sábia, alinhada e consensual. Desde que assumimos o compromisso de avançar com a reforma do quadro legal e institucional de terra, o Governo ficou com a tarefa de guiar o processo, incluindo garantir uma auscultação pública mais alargada e abrangente”, destacou o Chefe do Estado.



“Todos moçambicanos têm direito de acesso à terra”

O processo, liderado pelo Ministério da Terra e Ambiente (MTA), está a ser conduzido pela Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras, que integra personalidades de reconhecido mérito e com conhecimentos e experiência na área de terras e questões afins, provenientes do mundo académico, empresarial e da sociedade civil.

Esta comissão tem a missão de ir ao terreno para ouvir cidadãos, famílias, comunidades locais, empresas, organizações cívicas e religiosas, académicos e outros intervenientes de todo o país sobre como melhor aproveitar a terra.

“O trabalho desta honrosa comissão está relativamente facilitado, porque o ponto de partida ou as balizas principais já foram estabelecidas. Estes parâmetros são: primeiro, o Estado moçambicano continuará a ser o proprietário da terra e os outros recursos naturais; segundo, todos os moçambicanos têm direito de acesso à terra e, terceiro, os direitos adquiridos pelas famílias e comunidades locais deverão sempre ser protegidos”, sublinhou o Presidente da República.

Segundo o Chefe do Estado moçambicano, essas três principais premissas são sacrossantas, não podendo ser colocadas em causa. “O resto dos assuntos pode ser mexido. Este pilar vem do comando constitucional e dos consensos alcançados”, justificou.

Uma lei que responde aos desafios actuais

Começando por reconhecer o mérito da Lei de Terra em vigor desde 1997, tida como uma das melhores no mundo, o Presidente da República salientou a necessidade de tornar o quadro de gestão e uso de terra do país mais robusto e previsível, capaz de responder aos actuais desafios e necessidades em termos de desenvolvimento, eficiência, equidade e sustentabilidade.

Segundo o PR, a actual Política Nacional de Terras e a correspondente legislação, em particular a Lei de Terras de

1997, são resultado de um enorme processo participativo de auscultação, levado a cabo junto às comunidades locais.

“A nossa Lei de Terras possui muitos méritos. Por exem-

“

O trabalho desta honrosa comissão está relativamente facilitado, porque o ponto de partida ou as balizas principais já foram estabelecidas. Estes parâmetros são: primeiro, o Estado moçambicano continuará a ser o proprietário da terra e os outros recursos naturais; segundo, todos os moçambicanos têm direito de acesso à terra e, terceiro, os direitos adquiridos pelas famílias e comunidades locais deverão sempre ser protegidos.

plo, ela reconhece a participação das comunidades na gestão dos seus recursos naturais e torna obrigatória a consulta

comunitária antes da concessão de posse de terras aos novos ocupantes que não são membros de uma determinada comunidade, reduzindo desta forma o número de conflitos. A nossa lei valoriza as normas tradicionais de posse de terra, fazendo uma conciliação com os procedimentos e requisitos formais e burocráticos”, sublinha o Chefe do Estado.

No entanto, segundo Filipe Nyusi, embora, por exemplo, a legislação esteja clara sobre a obrigatoriedade da consulta comunitária, a sua prática é, por vezes, problemática, havendo situações que contrariam os princípios estabelecidos, com destaque para a concessão de terras à margem das normas.

“Enquanto muitos procuram terras para investir, viver ou produzir, temos uma elevada quantidade de terras concessionadas, mas ociosas. Há casos de exclusão dos que possuem o direito natural de acesso à terra nos processos de tomada de decisão sobre posse, exploração e assentamentos. Temos também os especuladores de terras. Registamos conflitos quando o reassentamento das populações não obedece ao que foi estipulado ou acordado, incluindo os aspectos culturais das comunidades”, sublinhou o Chefe do Estado.

Ainda segundo Filipe Nyusi, apesar dos méritos do quadro legal sobre a terra, ainda persistem fraquezas institucionais e operacionais no acompanhamento dos processos e resolução dos conflitos.

É tendo em conta esses desafios que o Governo decidiu rever a Política Nacional de Terras, na esperança de garantir segurança na posse e uso da terra, através de um processo inclusivo e que protege os interesses das comunidades, pessoas singulares e investidores.

“Pretendemos que a fase que hoje lançamos termine com a adopção de um quadro de políticas e regulamentos sobre a terra que seja mais consensual e que promova avanços na nossa sociedade e na economia. Não queremos retroceder nesta nossa caminhada, que iniciámos em 1975, ao libertar a terra e os homens”, destaca o PR.

Terra Segura devolve tranquilidade a milhares de moçambicanos



Desde o primeiro ciclo de sua governação, o Presidente Filipe Nyusi tem estado empenhado na busca de soluções para a maximização do uso da terra, reduzindo assim o potencial de conflitos entre as comunidades e potenciais investidores.

Durante o Fórum de Terras, em 2017, o Presidente da República deixou uma orientação clara ao Ministério da Terra e Ambiente, no sentido de desburocratizar o acesso à terra, para garantir maior segurança das comunidades sobre a sua posse.

Com efeito, aquele ministério assumiu as rédeas e ao longo dos últimos dois anos fez um trabalho assinalável, que culminou com a distribuição massiva de DUATs e a delimitação de terras dos camponeses, o que conferiu a estas maior segurança sobre a posse da terra.

Igualmente, através do Programa Terra Segura, uma iniciativa lançada em 2015, em Manhica, na província de Maputo, o Governo, através do MTA, fez o registo e a regularização de terra adquirida segundo as normas e práticas costumeiras e em regime de boa-fé.

“No âmbito deste programa, registámos cerca de 1 milhão e 602 mil parcelas de terras de ocupantes de boa-fé, emitindo no processo 477 786 títulos de DUAT, nas 10 províncias do país. Em cerca de 37% das parcelas registadas os titulares são mulheres. Delimitamos um total de 690 comunidades locais, cobrindo pouco mais de 4.5 milhões de hectares, das quais um total de 583 comunidades receberam a certidão”, destacou o Chefe do Estado.

Estado vai recuperar controlo de terras ociosas



Com uma visão orientada para a promoção de investimentos, nos últimos anos, o Governo tem vindo a massificar a autorização de DUATs para dinamizar grandes investimentos nacionais e internacionais, entretanto, mostra-se preocupado com casos de terras ociosas, por isso tenciona revertê-las a favor do Estado.

Durante os últimos cinco anos, o Estado registou mais de 11.3 mil novos pedidos de autorização de DUAT para actividades económicas e/ou sociais, correspondentes a cerca de 5.3 milhões de hectares de área, tendo sido concedidas cerca de 7 890 autorizações provisórias e cerca de 3 211 pedidos de autorização provisória transitaram para autorizações definitivas.

“Durante o mesmo período, fiscalizamos cerca de 6.5 milhões de hectares. Desta fiscalização, constatámos que cerca de 1.3 milhões de hectares encontram-se em situação de não aproveitamento, e estão a decorrer actos administrativos com vista à reversão da área não aproveitada a favor do Estado”, sublinha o Chefe do Estado.

Só neste período, o Governo extinguiu um total de 74 DUATs correspondentes a cerca de 7 780 hectares que reverteram a favor do Estado, devido ao incumprimento dos planos de exploração.

Protecção das comunidades locais

Para garantir um equilíbrio entre o investimento e os interesses das comunidades nativas, o Governo pretende, com a presente revisão, garantir a protecção dos seus interesses.

“Não queremos ver um cenário em que as famílias e comunidades locais perdem suas terras porque as autoridades atribuíram a novos ocupantes, sejam investidores privados ou públicos. Os investimentos, por nacionais ou estrangeiros, enquanto muito bem-vindos, não devem significar perdas para os locais”, destacou o Chefe do Estado.

Por essa razão, a nova lei vai trazer mecanismos para evitar tais situações, para que os investimentos não se transformem em maldição para as famílias abrangidas, porque, segundo o PR, “Moçambique é também destas famílias”.

Ademais, entende Filipe Nyusi, a nova política de terras em elaboração e a subsequente legislação devem

preencher as actuais lacunas da ligação entre o uso e aproveitamento da terra e o acesso aos recursos naturais e a sua exploração sustentável.

Segundo o PR, os moçambicanos querem conviver com um regime legislativo sobre a posse de terra mais previsível e seguro, no contexto actual da economia de mercado, um regime justo que promova investimentos com base na terra.

“Em termos legislativos, no fim deste exercício, o povo espera ver um quadro legal e institucional ajustado à nova dinâmica social e económica e que promove o direito de uso e aproveitamento da terra que responda melhor às expectativas de todos. O quadro a ser proposto deve responder às preocupações dos cidadãos, individualmente ou em grupo, das empresas e de todos outros interessados”, sublinhou.

“Queremos ver um quadro legal e institucional de aproveitamento e uso deste bem e património comum que serve para dinamizar o desenvolvimento das comunidades. Não queremos ver um quadro institucional sobre a terra que enfraquece os mecanismos de consultas comunitárias e outros ganhos até agora obtidos. O novo quadro deve acrescentar valor ao actual”, acrescentou Nyusi.

Desburocratizar a gestão da terra

Para o Presidente da República, os arranjos institucionais de gestão e administração da terra devem adequar-se aos actuais processos de descentralização da administração do país.

Igualmente, o processo deve fornecer respostas sobre como desburocratizar a administração da terra, tanto ao nível das entidades do Governo Central como das entidades provinciais, distritais e municipais.

“Temos que enquadrar o processo de gestão e administração da terra no contexto do novo figurino da descentralização. Queremos conviver com um quadro legal e operacional que: estanque o açambarcamento de terras; a especulação e a corrupção; que reduza o risco de conflitos; que combata a existência de terras ociosas; e que reforce, em particular, a protecção dos direitos das comunidades locais, em especial da mulher nas zonas rurais e dos jovens”, sublinha.

Nova Política de Terras deve assegurar mais investimento para a agricultura



Para o presente quinquénio (2020-2024), o Governo pretende transformar e modernizar a cadeia de valor da agricultura, por isso o Presidente da República, Filipe Nyusi, considera crucial que a nova Política de Terras estimule e viabilize o investimento privado.

É que, segundo ele, o Governo pretende um maior envolvimento do sector privado, para aumentar a produção e produtividade agrícola, e assegurar uma maior integração dos produtores nacionais nos mercados nacionais e internacionais. O nosso objectivo é garantir a segurança alimentar e nutricional, criar mais empregos e aumentar a renda das famílias e do país.

“Precisamos de procurar conferir uma maior consistência e significado prático ao Direito de Uso e Aproveitamento da Terra, o DUAT, no âmbito da economia de mercado, debatendo a sua transmissibilidade para o benefício de todos, para fortalecer as finanças das famílias, comunidades locais e do próprio Estado”, destaca o Presidente Nysusi.

Segundo o mais alto Magistrado da Nação, outra questão a ser levada à auscultação pública é sobre a necessidade de se clarificar o conceito de comunidade local e seu reforço como um importante mecanismo para a garantia efectiva da posse de terra pelos cidadãos e famílias rurais e das zonas peri-urbanas.

Numa altura em que vários estudos apontam que as mulheres, muitas vezes, são privadas de seus direitos sobre a titularidade de terra, mesmo sendo grande parte da

Precisamos de procurar conferir uma maior consistência e significado prático ao Direito de Uso e Aproveitamento da Terra, o DUAT, no âmbito da economia de mercado, debatendo a sua transmissibilidade para o benefício de todos, para fortalecer as finanças das famílias, comunidades locais e do próprio Estado.

força que se dedica à agricultura, Filipe Nyusi considera fundamental que a nova lei contribua para “o alargamento e garantia dos direitos da mulher moçambicana sobre a terra, incluindo o controlo por esta dos resultados económicos decorrentes do seu uso e aproveitamento”.

“Queremos exortar os membros da Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras e a direcção do Ministério da Terra e Ambiente a conduzirem o processo de auscultação, como já o dissemos, de forma mais transparente e inclusiva, para conferir uma maior legitimidade às soluções que venham a ser trazidas nos instrumentos finais de política e legislação. O produto final deve servir aos interesses dos moçambicanos. Os moçambicanos contam com a vossa prestigiada contribuição”, conclui.

